

Página 13

■ Nº 81 ■ SET/2009

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

Foto: Marcelo Casall

Iriny, presidenta do PT

*Mulher, petista,
de esquerda
e socialista*



Dilma, presidenta do Brasil

*Consolidar conquistas e
aprofundar mudanças*

Tese da Esquerda Socialista págs. 7 a 10

A direita ataca

A oposição desencadeou uma ofensiva político-midiática, com três objetivos: assumir a presidência do Senado, dividir a base do governo, desgastar o PT e Dilma. A oposição quer discutir ética, porque tem dificuldades para debater programas de governo. Mas sua ética é feita de hipocrisia e demagogia.

Quando Sarney foi eleito presidente do Senado, o PT votou em Tião Viana. Mas como Sarney apóia o governo Lula, a oposição o acusa por todos os desmandos e crimes cometidos no Senado brasileiro. O objetivo da oposição não é limpar o Senado, mas sim substituir Sarney por um tucano, criando dificuldades para o governo Lula. Com este objetivo, tentaram processar Sarney no conselho de ética. Avaliando as consequências, o presidente do PT orientou os senadores do Partido a votar contra, numa escolha desgastante que serviu de pretexto para Flávio Arns, senador tucano infiltrado no PT, anunciar sua saída do Partido.

A escolha entre o ruim e o pior é decorrente da estratégia adotada desde 1995, que nos tornou altamente dependentes de aliados de centro-direita. Curiosamente, os senadores Mercadante e Suplicy precisaram de 14 anos para perceber os efeitos colaterais da estratégia que defenderam todo este tempo.

Nós precisamos de outra estratégia. Mas isto não inclui aceitar os ataques demagógicos e hipócritas da oposição. Sem reforma política, o Senado continuará o que é hoje, com poder revisor, “excelências” que não receberam nem um voto popular, mandatos de oito anos e uma maioria de senadores que comete todo tipo de ilegalidades e patifarias.

Igualmente demagógica, além de vazia, é a “denúncia” feita por Lina Vieira contra Dilma Rousseff. Lamentavelmente, foi neste contexto que Marina Silva decidiu sair do PT e ir para o Partido Verde, numa escolha que recebeu o aplauso da direita e da mídia. Este aplauso da direita é mais esclarecedor do que mil análises.

Arns, onde estava a sua ética e a sua vergonha?

Claudio Rossano Ritser*

Após a reunião do Conselho de Ética, no dia 19 de agosto, que arquivou os onze processos contra o atual presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), e que também votou, dessa vez por unanimidade, pelo arquivamento da representação do PMDB contra o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio, do Amazonas, o senador Flávio Arns disse com todas as letras que o PT está jogando no lixo sua ética e compactuando com diversas irregulares. Também disse “Eu fico sem mandato, mas não fico no PT”. Flávio Arns diz estar com vergonha, mas irá recorrer ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para que, mesmo saindo do PT, ele possa continuar no cargo.

Flávio Arns filiou-se ao PSDB em 1990, foi candidato a deputado federal por esse partido, no qual foi eleito, e exerceu seu mandato de 1991-1995, tendo sido reeleito e exercido mandato em 1995-1999, e de 1999-2001.

O atual senador nunca esteve perto do PT, não conhece o PT, não compartilha dos mesmos ideais do Partido, mas, mesmo assim, foi convidado pelo, então, deputado estadual e presidente do PT estadual do Paraná, André Vargas, para filiar-se no PT e concorrer pelo Partido, a senador nas eleições de 2002. O que aconteceu. E aconteceu porque a ala a que pertence André Vargas, Paulo Bernardo, Gleisi Hoffmann, Ênio Verri, no Paraná, e nacionalmente, José Dirceu, Antonio Palocci e Lula, tem a maioria.

A maioria do Partido no Paraná optou por não lançar candidaturas nem a prefeito-a, nem a vice em 71% dos municípios paranaenses, nas eleições de 2008. Eles optaram por privilegiar poucas cidades e candidaturas, e o PT, como um todo, conquistou um resultado negativo fenomenal.



Flávio Arns deveria ter sentido vergonha quando esteve no PSDB, no qual foi um parlamentar da base do governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Algumas perguntas devem ser feitas e respondidas por Flávio Arns, como: qual foi a sua reação diante o fato do seu governo de então ter “negociado” a emenda da reeleição, em 1997? Qual foi a sua posição e reação durante as privatizações que lesaram os cofres públicos, durante o governo FHC? Onde estavas quando o governo FHC quebrou o Brasil e muitos brasileiros sofreram com a indiferença e com a falta de oportunidades de terem uma vida melhor? Como o senhor se posicionou, e qual foi a sua reação quando o governo do PSDB-PFL, hoje Democratas, esteve à frente do acelerado processo de concentração de renda ocorrido em um espaço de tempo muito curto no Brasil? Qual foi a sua reação diante um governo que promoveu um acelerado processo de precarização da universidade pública?

O senhor entende que tais fatos são ou não significativos para a vida das pessoas, principalmente a vida dos mais necessitados? Se por acaso a resposta acima for sim, cabe perguntar: Onde estava a sua ética e a sua vergonha, senador Flávio Arns durante os fatos citados acima? ★

*Claudio Rossano Ritser é militante do PT de Curitiba, membro da DEAE-PR, e estudante de Ciências Sociais.

EXPEDIENTE

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.

Direção Nacional da AE: Direção Nacional da AE: Adriano Oliveira (RS), Altemir Viana (AM), Ana Lúcia Vieira (SE), Angélica Fernandes (SP), Bruno Elias (TO), Beto Aguiar (RS), Célio Antonio (SC), Expedito Solaney (PE), Fábio Pessoa (PA), Fernando Nascimento (PE), Iole Iliada (SP), Ivan Alex (BA), Iriny Lopes (ES), Isaias Dias (SP), Jairo Rocha (MT), José Fritsch (SC), José Ricardo (DF), Larissa Campos (MG), Laudicéia Schuaba Andrade (ES), Lício Lobo (SP), Mário Cândido de Oliveira (PR), Marcel Frison (RS), Marcelino Gallo (BA), Marcelo Mascarenha (PI), Múcio Magalhães (PE), Olavo Brandão (RJ), Pedro Moreira (MG), Pere Petit (PA), Rafael Pops (DF), Rosana Ramos (DF), Rosana Tenroller (RS), Rodrigo César (RJ), Rubens Alves (MS), Talita Cardoso (PA), Valter Pomar (SP).

Edição: Valter Pomar **Diagramação:** Cláudio Gonzalez (Mtb 28961) **Secretaria Gráfica:** Edma Valquer **Assinaturas:** Sirlei Augusta Chaves e-mail: chaves.sirlei@gmail.com **Endereço para correspondência:** R. Silveira Martins, 160 conj. 11- São Paulo/SP CEP 01019-000

Reforçar a Petrobrás

George Barbosa*

A recompra das ações da PETROBRAS, pela qual propugnam a Setorial de Petróleo e Gás do Partido dos Trabalhadores, a Federação Única dos Petroleiros, a Central Única dos Trabalhadores e, ainda, a Associação dos Engenheiros da PETROBRAS tem a virtude de reforçar o controle do Tesouro Nacional sobre a empresa mais emblemática do sentimento de brasilidade, além de ser um negócio financeiro infinitamente melhor para o Tesouro do que manter elevadas reservas internacionais em dólares norte-americanos.

Não existe lei formal estabelecendo o nível adequado para tais reservas. Há, somente, a Resolução n.º 82, de 18.12.90, do Senado Federal que fixou o nível mínimo de reservas capazes de assegurar os recursos suficientes para manter a média mensal das importações dos últimos doze meses, durante um período mínimo de quatro meses à frente.

Hoje, a União Federal tem muito mais do que o necessário (210 bilhões de dólares norte-americanos), implicando custo de carregamento demasiado alto, para a sociedade brasileira, daquela posição mantida no BIS (o banco central dos bancos centrais), cujo rendimento é, na verdade, negativo.

Tais reservas podem ser reduzidas a um terço das atuais e, ainda assim, se manteriam, confortavelmente, obsequiosas aos limites da Resolução n.º 82, do Senado Federal.

Este excessivo acúmulo de reservas, conjugado às elevadas taxa de juros, praticadas pelo Comitê de Política Monetária - COPOM, aonde os trabalhadores e o empresariado produtivo deveriam ter assento, mas não tiveram até hoje, foram, a partir de 1994, os principais responsáveis pelo desequilíbrio patrimonial do Banco Central (cujos prejuízos astronômicos estão a salvo da Lei de Responsabilidade Fiscal !!!!!).

Assim é, porquanto as divisas externas adquiridas pelo Banco Central são aplicadas no mercado internacional a taxas de juros menores do que as praticadas internamente. São bem menores do que as taxas remuneratórias dos Bônus do Banco Central, usados para neutralizar a excessiva entrada dos recursos externos no Brasil, atraídos pelas altas taxa de juros. A isto, os estudiosos poderiam chamar de paradoxo do Dr. Henrique Meirelles.

A massiva entrada de reservas internacionais é fator determinante da expansão da base monetária (esta sim geradora de in-



flação, não o consumo das famílias e o custo da máquina administrativa) e pode dar azo a uma indesejável elevação dos preços. Na lógica do Ministro Meirelles, o crescente endividamento do Tesouro cumpre a função de esterilizar o impacto expansionista das reservas internacionais sobre a base monetária (somatório da moeda que circula no país).

Como o Ministro Meirelles cogita se candidatar ao governo de Goiás, ou até à vice-presidência da república na chapa de Marina da Silva, como especula, ou melhor sonha, o jornalista Leonardo Attuch, na revista Isto É, que circula nesta semana, brevemente, poderemos nos livrar dele e do seu séquito para, afinal, termos uma política econômica menos engessada pelo conservadorismo dos monetaristas (neo-liberais xiitas).

Poderemos praticar taxas de juros compatíveis com a premente necessidade de incluir mais e mais brasileiros ao mercado de trabalho e à sociedade de consumo de massas, que foi uma das principais bandeiras de Tancredo Neves e Ulisses Guimarães, só para situar no tempo o tamanho do atraso brasileiro nesta questão que é crucial para não inviabilizarmos o processo civilizatório brasileiro.

Taxas de juros decentes, mais do que qualquer outro fator, acelerarão o crescimento e, portanto, elegerão o sucessor do Presidente LULA. Basta descer, gradativamente, uns três pontos do patamar atual até as eleições.

Desobrigados do trabalho de Sísifo, consubstanciado no paradoxo do Meirelles, tão bem descrito no trabalho “Relacionamen-

to entre Tesouro Nacional e o Banco Central: aspectos da coordenação entre as políticas fiscal e monetária no Brasil”, laureado com o IV Prêmio de Monografia do Tesouro Nacional, poderemos melhor empregar as reservas cambiais (verdadeiro mico), naquele que é comprovadamente o melhor negócio financeiro: ter ações da Petrobrás (vide o rendimento do FGTS nelas aplicado há uma década). A propósito, cito matéria do Professor da Universidade de Columbia (EUA), Joseph Stiglitz, detentor do Prêmio Nobel de 2001, publicada em 24 de agosto, no Jornal do Commercio, colocando em xeque o dólar como uma boa reserva de valor.

Assim, também, fortaleceremos a soberania nacional mediante maior controle do Tesouro Nacional sobre a PETROBRAS, melhor instrumento para a consecução do nacional-desenvolvimentismo, tão caro à Ministra Dilma Roussef.

Ademais, a recompra das ações da PETROBRAS não depende do parlamento burguês ávido por contrapartidas fisiológicas. Lembremo-nos de que FHC levou dois anos, de início de mandato (95/97), quando o governo pode quase tudo (Collor confiscou a popança), para quebrar o monopólio, apesar de remar junto com as majors (então 7 irmãos do petróleo), a mídia entreguista e o sempre sutil Departamento de Estado norte-americano, que o tutelou desde os tempos do CEBRAP, via Fundação Ford. ★

*George Barbosa é militante petista

Muitas chapas nos estados

Página 13 apresenta nas páginas 4, 5, 6, 11 e 12 desta edição, um resumo acerca do Processo de Eleição Direta das direções partidárias em vários estados brasileiros. Nas páginas 7 a 10, publicamos a tese Esquerda Socialista. Na página 16, o texto da candidatura de Iriny à presidência do PT.

PARANÁ

Foram inscritos quatro candidatos para a presidência do PT estadual do Paraná e cinco chapas ao diretório. São as seguintes: Alfeo Luiz Cappellari, da tendência O Trabalho; Enio Verri, da Construindo um Novo Brasil; Marcio Pessatti, da Democracia Socialista; Tadeu Veneri, apoiado pela Militância Socialista, Articulação de Esquerda, Esquerda Marxista e Movimento PT.

Ao diretório estadual concorrem cinco chapas: Terra, Trabalho e Soberania; O Partido que muda o Brasil; Compromisso com a Revolução Democrática – Uma mensagem socialista; Esquerda Socialista e Movimento – Partido para Todos.

Um ponto importante da disputa será a tentativa, com a qual não concordamos, de fazer uma aliança com Osmar Dias (PDT), que é uma pessoa que sempre esteve ao lado contrário dos interesses da classe trabalhadora e dos movimentos sociais e populares.

AMAPÁ

O PED no Amapá contará com uma acirradíssima disputa interna na CNB. Inscreveram-se três candidatos, nessa ordem: Heverson Castro, (Independente), Joel Banha (PTLM) e Nogueira (CNB). Inscreveram-se também duas candidatas: Nilza Amaral (CNB) e Isameyre Cunha (CNB). Tudo indica que haverá 2º turno, devido ao racha na CNB.

Para disputa da direção estadual, 5 chapas foram inscritas. São elas: **Esquerda Socialista**, Companheirismo (Joel Banha), Um partido para mudar o Amapá (Nogueira), O Partido que muda o Brasil e Constrói o Amapá (Nilza Amaral) e Participação e Transparência (Isameyre Cunha).

A AE é signatária da Chapa **Esquerda Socialista** e não inscreveu candidatura a presidência estadual. No entanto, dará prioridade à suas candidaturas nos dois maiores diretórios municipais do Estado (Macapá e Santana), que sozinhas, têm mais de 80% dos/as filiados/as ao PT-AP.

Em Macapá, a **Esquerda Socialista**

ainda não definiu quem a representará, mas provavelmente o dirigente da CUT-AP Jorge Penha será “o cara”.

Em Santana, quem representará a **Esquerda Socialista** é o Companheiro Kelson Rocha, atualmente membro do diretório estadual e ex-secretário da JPT-AP.

A expectativa é que possamos potencializar a **Esquerda Socialista** no Amapá a partir da disputa nessas duas cidades.

ESPÍRITO SANTO

No ES se inscreveram 5 chapas e 4 candidatos a presidente. Temos a nossa chapa “**Esperança é Vermelha**” encabeçada pelo companheiro Baioco. A chapa “**Mensagem ao Partido**”, que tem o deputado e atual presidente do PT/ES Givaldo Vieira como candidato a presidente. A chapa “**Terra, Trabalho e Soberania**”, sem candidato a presidente dos militantes de O Trabalho. A novidade ficou por conta da corrente Construindo um Novo Brasil, que rachou e vai ao PED com duas chapas: “**Democracia e Participação**”, comandada pelo companheiro Perly Cipriano, Secretário Nacional dos Direitos Humanos no Governo Lula; e a chapa **Construindo um Novo Brasil-ES**, encabeçada pelo Tarcisio Vargas, Secretário de Estado no governo Paulo Hartung.

A chapa “A Esperança é Vermelha” e a candidatura de Baioco Presidente significam a construção de um partido protagonista, com funcionamento efetivo e democrático, que busque a ampliação da estrutura partidária, a elevação da cultura política dos nossos militantes, a retomada da aliança estratégica com os movimentos sociais, o diálogo permanente com os nossos aliados tradicionais (PSB, PCdoB, PDT), bem como a formulação e defesa de um Plano de Governo Democrático e Popular, orientado pelo eixo da sustentabilidade social e ambiental para o desenvolvimento do ES.

ALAGOAS

Quatro chapas foram inscritas no PED Alagoas: Esquerda Socialista, tendo como

candidato o companheiro Paulo Bomfim; Terra, Trabalho e Soberania, tendo como candidato o professor Luiz Gomes; Avançar e Consolidar o Partido (reunindo a DS com um setor da Unidade na Luta), tendo Joaquim Brito na cabeça; e Democracia e Renovação (outro setor da Unidade na Luta), tendo Judson Cabral como candidato a presidente.

MARANHÃO

Foram inscritos cinco candidatos e uma candidata a presidência, além de sete chapas.

As candidaturas a presidente são as seguintes: Bira do Pindaré, Rodrigo Comerciarário, Raimundo Monteiro, Augusto Lobato, Edmilson Carneiro, Fransuila Farias.

As chapas registradas são as seguintes: Unidade Petista (com Bira presidente); Construindo um Novo Maranhão (com Monteiro-presidente); Em Defesa de nossa história (sem cabeça para presidente); Amanhecer na luta (com Augusto presidente); A força vem da base (com Edmilson-presidente); Renovar é preciso (com Rodrigo Comerciarário-presidente); Construindo a mudança no Maranhão (com Fransuila presidente).

PIAUI

O PT do Piauí possui seis tendências, das quais cinco são nacionais: Articulação de Esquerda, Democracia Socialista, Unidade na Luta, Movimento PT, Fórum Socialista e Articulação Pela Base (esta local). No PED 2009, foram inscritas três chapas e três candidaturas:

*Forum Socialista e Articulação pela Base lançaram a chapa “Socialismo pela base” e dois candidatos a presidente: Rosângela Sousa e Adalberto Pereira;

*Unidade na Luta, Articulação de Esquerda e Democracia Socialista lançaram a chapa “Unidos pelo grande Projeto”, com o deputado Fábio Novo como candidato a reeleição;

* Movimento PT lançou a chapa: “PT em Movimento”, apoiando o deputado Fábio Novo como candidato a reeleição.

SANTA CATARINA

Foi sacramentado o acordo para o PED 2009. José Fritsch, ex-ministro da pesca e aquicultura e dirigente nacional da Articulação de Esquerda, é o candidato à Presidência do Partido, apoiado por todas as tendências com representação na atual Executiva Estadual (AE, CNB, ES, DS, REDE, TM).

Trata-se de um fato político inédito, que vinha sendo construído desde as eleições municipais de 2008, sendo a Articulação de Esquerda uma das principais protagonistas do acordo. Foi inscrita a chapa conjunta “Uma nova Santa Catarina é Possível” para o Diretório Estadual, mantendo a proporcionalidade obtida no PED de 2007.

O papel da companheira Luci Choinacki foi decisivo. Além de coordenar a engenharia desse processo de unidade partidária, mostrou todo o seu despojamento ao abrir mão da sua reeleição à Presidência, seguindo a orientação do debate da direção estadual da AE sobre o processo político.

As tendências OT e EM, sem representação na executiva, inscreveram, cada uma, sua chapa e sua candidatura à Presidência, mas não devem alcançar o coeficiente para participar da Executiva, que é de 6,66% dos votos, pois no último PED fizeram juntas, apenas 3% dos votos. Vão trabalhar para garantir, agora individualmente, sua presença no Diretório Regional.

A Articulação de Esquerda fica com 4 vagas, incluindo a presidência, na executiva estadual e, 11 vagas no diretório estadual. Somada as demais forças, o comando político do PT Catarinense segue com hegemonia da esquerda.

Agora nossa tarefa é mobilizar o partido, debater a política, garantir uma grande participação dos filiados no PED e fazer nossa parte para eleger a companheira Iriny Lopes como Presidenta Nacional do PT. Do ponto de vista do debate interno, a Articulação de Esquerda vai realizar uma Plenária Estadual em setembro, tendo como objetivos nossa organização para o PED e a definição da nossa política para 2010.

SÃO PAULO

Em São Paulo vai se travar um dos capítulos fundamentais do Processo de Eleições Diretas que o PT vai trilhar nos próximos meses, até novembro próximo.

Com seus quase 300.000 filiados, o PT paulista vai influenciar fortemente a disputa do PED nacional.

É também em São Paulo que o protagonismo do PT enquanto partido de massas, de

esquerda e socialista vai viver uma das suas provas de fogo neste PED 2009, a exemplo do que ocorre em outros estados importantes da federação.

Ao colocar em pauta a tática eleitoral para as eleições de 2010, o PED traz ao debate elementos estratégicos da maior importância, decisivos para a sobrevivência do Partido.

Neste aspecto, é importante saudar o êxito do esforço político que logrou unir a Articulação de Esquerda, a Militância Socialista, a Tendência Marxista e outros grupos e militantes numa chapa comum denominada Esquerda Socialista, reeditando em São Paulo o movimento que constituiu a chapa nacional de mesma denominação.

Este conjunto de forças vai sustentar a candidatura do companheiro Renato Simões, atual Secretário Nacional de Movimentos Populares do PT, à presidência estadual do PT-SP, assim como sustentam a candidatura da companheira Iriny Lopes à presidência nacional do PT.

O eixo da intervenção da Esquerda Socialista no PED SP será uma contundente defesa da candidatura própria do PT ao governo do estado, isto por três razões:

- a) porque é fundamental reafirmar o PT como principal pólo da oposição ao tucanato paulista;
- b) porque é a melhor contribuição que os petistas paulista darão à campanha da companheira Dilma à presidência da República;
- c) porque é possível vencer e desbancar o longo reinado de 27 anos de tucanato à frente do governo do estado de São Paulo.

O que a militância petista de SP espera da sua direção é uma posição firme e inequívoca acerca desta questão central da conjuntura.

Não é o que se vê no entorno das forças que defendem a recondução do companheiro Edinho à presidência do PT-SP, uma composição heterogênea e “sui generis” quando olhamos para a dinâmica nacional da disputa do PED.

Edinho será apoiado pelas seguintes chapas que se apresentaram à disputa do Diretório Estadual do PT-SP: “Construindo um Novo Brasil – Articulação São Paulo”; “Mensagem ao Partido”; “Movimento: Partido para Todos”; “Novo Rumo”; “Partido de Lutas, de Massa, Democrático e Socialista”.

A heterogeneidade destas forças coloca lado a lado sinceros defensores da candidatura própria do PT e destemidos defensores da “solução Ciro Gomes” (ou outra solução heterodoxa qualquer), como por exemplo os deputados Vacarezza e Genoio.

Esperemos que o bom debate do PED enterre de vez as elocubrações em torno de candidaturas como Ciro Gomes (PSB) ou Dr. Hélio (PDT – prefeito de Campinas), que não motivam a militância petista, não podem se reivindicar da oposição ao tucanato, não estão enraizados no Estado e não têm o que mostrar em termos de políticas municipais alternativas às do governo do Estado.

Também se apresentaram à disputa da presidência do PT-SP as candidaturas da companheira Misa Boito, de “O Trabalho” (apoiada pela chapa “Terra, Trabalho e Soberania”) e do companheiro José Carlos Miranda, da Esquerda Marxista (apoiado pela chapa “Virar à Esquerda, Reatar com o Socialismo”).

Agora, com a palavra e o voto, a militância do PT-SP.

DISTRITO FEDERAL

No DF o PED está contaminado pela disputa das candidaturas a governador. Aqui o partido se divide entre Magela (Movimento PT) e Agnelo Queirós (ex-ministro dos esportes, que saiu do PCdoB e veio para o PT). A maioria das tendências internas apóia Agnelo. A candidatura Magela é sustentada por grupos dissidentes à direita do campo majoritário.

Até a inscrição de chapas foi tentada a tática de unificação, para formar dois blocos: um de apoio ao Agnelo e outro de apoio ao Magela. Mas, num quadro de muitos interesses particulares e pouca política, essa tática se inviabilizou. Aconteceu justamente o contrário do que se avaliava: foram inscritas 12 candidaturas a presidente estadual e 16 chapas. Nisto predominou a lógica dos agrupamentos pessoais (grupos sem política, reunidos em torno de figuras públicas ou lideranças locais). Algumas candidaturas só se inscreveram para negociar espaço.

No Distrito Federal a Construindo um Novo Brasil é composta por diversos grupos locais, que se dividiram em cinco candidaturas com chapa (Policarpo/UL; Wilmar Lacerda/CNBrasília, Jamil/Alternativa Militante, que apóiam Agnelo; e Hélio/BPS e Sabino/BBP que apóiam Magela) e 3 chapas sem candidatura a presidente (Grupo do Deputado Chico Leite e Grupo do Cícero Lima, que apóiam o Agnelo; e Avanço PT que apóia Magela). Mas todos irão apoiar o Dutra para Presidente Nacional.

O Movimento PT, aqui, lançou um candidato (Dirsomar) e duas chapas (racha interno). Outros dois candidatos com suas chapas

(Carlos Roberto/SMP e Gustavo Balduino/Partido Ético e Democrático) apóiam Magela para governador do DF e para Presidente Nacional do PT.

O MAS/PT (grupo do ex-deputado Wasny de Roure) terá chapa e um candidato (Abmael). Eles não têm opinião sobre candidatura e chapa nacional, nem sobre candidato ao governo do DF. A OT tem chapa e candidato (Marcos Sidharta).

O “Bloco de Esquerda” (MRS, CDS [Paulo Tadeu], Comunidade Petista, DS, EP, AE e MS), campo no qual atuamos nos últimos anos, discutiu três candidaturas para esse PED: Chico Machado/MRS, Auriene/DS e Zé Ricardo/AE, mas apenas duas foram lançadas: Chico Machado que compôs uma chapa com a CDS, EP e DS e a nossa em aliança com a MS e a Comunidade Petista.

Esta é a primeira vez que a AE/DF encabeça uma chapa, o que aumenta muito a nossa responsabilidade. A decisão de lançar chapa e candidatura já teve uma vitória: conseguimos estreitar os laços com a Comunidade Petista e reproduzir aqui o campo construído nacionalmente com a MS. Sabemos das nossas limitações, mas finalmente teremos voz própria para defender a nossa Presidenta Iriny Lopes, as nossas posições no PT/DF, e aquilo que o partido deve fazer para conduzir o Distrito Federal e o Brasil.

PARÁ

A Articulação de Esquerda foi formalmente criada no Pará no segundo semestre de 2005. Realizamos nossa primeira conferência estadual em 2006. No PED 2007, lideramos a criação do Bloco da Esquerda Petista, formado pela AE, pela Tendência Marxista (TM) e pelo Coletivo Socialista Revolucionário (coletivo estadual anteriormente vinculado à APS, que tinha abandonado o PSOL e retornado ao PT).

A nossa chapa conseguiu, nesse nosso primeiro PED, eleger um dos nove membros da Comissão Executiva estadual, responsabilidade que foi assumida, até hoje, por um militante da AE. Nossas chapas também elegeram membros, entre outros municípios, para integrar as Comissões Executivas de Belém, Ananindeua, Parauapebas, Colares e Tailândia.

Para o PED-2009 conseguimos ampliar o nosso bloco construindo a chapa Esquerda Democrática e Socialista, da qual participam, além da AE, do CSR e da TM, o MPT, o PTLM e o Coletivo Socialista Petista (CSP – grupo vinculado à tendência O Trabalho). As outras chapas que disputarão o Diretório estadual no Pará são as lideradas pela corren-

te Construindo um Novo Brasil (que deverá obter a maioria dos membros do Diretório e da executiva estadual) e a chapa da Democracia Socialista, da qual participam também outros agrupamentos locais que participam da Mensagem.

Com o discurso de “unificar o partido para as eleições de 2010”, a DS e a CNB apóiam a reeleição de João Batista (UL-CNB) para presidente estadual do PT. A nossa chapa Esquerda Democrática e Socialista optou por lançar três candidatos à presidência estadual com o intuito de estimular: o debate sobre os rumos do governo estadual; resgatar e estreitar a aliança do PT com os movimentos sociais e sindicatos; ampliar a influência do partido e dos petistas no governo estadual; discutir a estratégia e tática eleitoral e, portanto, a política de alianças do PT em 2010, com o intuito de ampliar a bancada petista no Congresso Nacional e na Assembléia Legis-

lativa e derrotar, mais uma vez, à direita PS-DSB-DEM reelegendo a nossa governadora; e favorecer a nossa chapa estadual e as nossas diferentes chapas e candidaturas nacionais.

Serão, portanto, quatro (04) os candidatos a presidente estadual do PT-PA: João Batista (UL-CNB), apoiado pela DS; Fábio Pessoa (AE), que deverá obter o apoio da TM e do CSP; Bira Barbosa (MPT); e Sebastião Conceição Martins (PTLM).

O nosso bloco também apresentou uma chapa conjunta de delegados ao Congresso estadual do PT Pará e, com o objetivo de tentar assumir a presidência do nosso abandonado partido em Belém, sustenta a candidatura de Almir Trindade (PTLM) para Presidente do DM. A nossa chapa nacional, Esquerda Socialista, e a candidatura de Iriny Lopes, contam também com o apoio do Coletivo Socialista Revolucionário e de outros agrupamentos locais, especialmente de Belém. ★



Uma mulher, cinco homens e nove chapas disputam os rumos do PT

Nove chapas irão disputar a Direção Nacional do PT no PED 2009, que acontece em 22 de novembro deste ano. Mais de 1 milhão 350 mil filiados estão aptos a votar.

As chapas são as seguintes: Esquerda socialista, encabeçada por Iriny Lopes; O Partido que Muda o Brasil, de José Eduardo Dutra; Mensagem ao Partido, de José Eduardo Carodo; Movimento: Partido para Todos, de Geraldo Magela; Terra, Trabalho e Soberania, com Markus Sokol; Virar à Esquerda, Reatar com o Socialismo, com Serge Goulart.

Além destas, três chapas não apresentaram candidatos à presidência: Contraponto, sustentada por um grupo re-

gional de Minas Gerais; Partido para Todos: Unidade na Diversidade, lançada por Fernando Pimentel, Virgílio Guimarães e Chico Ferramenta; e Movimento Popular, de inspiração semelhante à chapa de mesmo nome, lançada em 2007.

Em comparação com o PED 2007, uma novidade importante é a aliança entre as chapas Esperança é Vermelha e Militância Socialista, então encabeçadas respectivamente por Valter Pomar e Gilney Viana, e que agora se apresentam unificadas na chapa Esquerda Socialista e no apoio à candidatura presidencial de Iriny Lopes.

TESE DA ESQUERDA SOCIALISTA

O principal desafio do PT em 2010 é vencer as eleições presidenciais e majoritárias nos estados, ampliar nossas forças no Congresso Nacional e nas assembleias legislativas. Tendo como objetivo implementar o programa democrático-popular, articulando a luta de massa, a ação dos movimentos sociais e dos partidos de esquerda, com a atuação de um novo mandato presidencial, que parta das realizações do governo Lula, mas vá além.

A crise econômica e a perspectiva socialista

Enfrentaremos estes desafios num contexto marcado por uma crise capitalista profunda. A crise desmoraliza as teses neoliberais como “Estado mínimo” e “mercador regulador” mostrando uma vez mais que o modo de produção capitalista gera crises periódicas sobrevivendo em grande medida graças à ação do Estado. A crise questiona a hegemonia dos Estados Unidos: maior economia do mundo, maior poderio militar e controlador dos principais meios de comunicação de massas, mas enfrentando crescentes dificuldades internas e externas, que abrem o caminho para o surgimento de um mundo multipolar. Mas a hegemonia dos EUA só será superada com o fortalecimento de outros pólos de poder na cena política internacional.

A crise não decorre apenas da “ganância”, da “falta de controles” ou das políticas neoliberais: estamos diante de uma crise clássica do capitalismo. A especulação financeira, as bolhas de crédito e o endividamento público são alguns dos mecanismos com os quais o capitalismo busca contornar suas contradições estruturais. Quando contornar se torna impossível, estouram crises como a atual, que se depender dos capitalistas será “resolvida” através da destruição de riquezas e ampliação da exploração.

A atual crise possui uma dimensão ecológica, evidente no alto grau de degradação dos ecossistemas nos últimos 50 anos, gerando perdas em grande medida irreversíveis na biodiversidade e na capacidade da natureza prover serviços fundamentais, como a purificação do ar e da água. As medidas anti-crise devem contemplar o enfrentamento da crise ecológica, pelo menos para evitar que a temperatura média do planeta se eleve em até mais de 4°C neste século, o que teria graves consequências ecológicas, sociais e econômicas.

O capitalismo possui alto custo social (na crise atual a OIT estima um total de 50 milhões de desempregados ao final de 2009) e ambiental, sendo possível, necessário e urgente construir outro modo de produção, que garanta um dinamismo econômico voltado ao atendimento das necessidades humanas; que seja definido e gerido democraticamente por homens e mulheres livres e que trate a questão do meio ambiente como uma questão vital para sobrevivência da humanidade.

O enfrentamento da crise

A luta decidirá como será o mundo pós-neoliberal. Os Estados e classes sociais que se beneficiaram da ordem neoliberal buscam definir a arquitetura da nova ordem. Os Estados e as classes dominantes dos países da periferia buscam construir um mundo capitalista multipolar. Os partidos e movimentos de esquerda, presentes em alguns governos, buscam enfrentar os efeitos da crise, mas também suas causas; não apenas o neoliberalismo, mas também o capitalismo.

Os partidos de esquerda, os movimentos sociais e os governos vinculados aos trabalhadores devem estimular um amplo e qualificado debate sobre a crise e as alternativas; lutar por medidas que enfrentem a crise em favor das maiorias, com destaque para a defesa dos empregos; mobilizar os trabalhadores para realizar reformas de vulto no Brasil; criar as alianças internacionais indispensáveis à criação de outra hegemonia.

No caso da América Latina e Caribe, a força dos governos de esquerda e progressistas tem limitado a ação do imperialismo na região. A existência, no Brasil, de um governo integrado por forças progressistas e de esquerda, tem sido fundamental para a evolução política à esquerda na América Latina, bem como para a resistência continental à crise, dada a nossa política de combinar crescimento interno com integração da região.

As crises internacionais vinculam-se a mudanças significativas nos países dependentes ou periféricos. A crise européia, após a Revolução de 1789, facilitou o processo de independência na América Latina. A crise dos anos 1930 estimulou nossa industrialização. Já a crise de 1970 abriu espaço para a ofensiva neoliberal e integração da economia brasileira ao mercado globalizado.

Todas essas crises impulsionaram alterações no padrão de acumulação vigente no Brasil, mas até hoje estas alterações foram sempre acompanhadas por ampliação das desigualdades sociais, da dependência externa, da falta de democracia política e da devastação ambiental. A depender da força, da capacidade política e da estratégia da esquerda, a crise atual pode abrir espaço para um novo ciclo, que vá além do “nacional-desenvolvimentismo”; podendo resultar em um desfecho mais avançado, que trabalhamos para que seja democrático-popular e socialista.

A alternativa democrático-popular

Queremos um governo democrático-popular, capaz de derrotar a ditadura do capital financeiro e realizar reformas estruturais, colaborando para a abertura de um novo ciclo histórico.

Trata-se de dar sentido prático para a reafirmação do socialismo como objetivo estratégico, feita pelo 3º Congresso do PT, construindo um programa de reformas e uma estratégia de poder que apontem para a superação prática das relações capitalistas realmente existentes em nosso país. Trata-se de:

a) lutar pela democratização profunda do Estado e da Sociedade, incluindo a reforma política e acabar com o controle monopolista sobre a comunicação social;

b) ampliar o alcance e a qualidade das políticas públicas, reconhecendo, institucionalizando e universalizando direitos (saúde, educação, segurança pública, habitação, serviços ambientais, cultura, comunicação, igualdade racial e étnica, de gênero, orientação sexual etc.);

c) realizar reformas estruturais, que alterem a matriz social e econômica de nossa sociedade, entre as quais destacamos o controle público sobre o sistema financeiro, a retomada das empresas que foram privatizadas, as reformas tributária, agrária e urbana;

d) criar um modelo econômico alternativo, que combine capacidade de crescimento, inovação, geração de emprego e renda, redistribuição de renda e riqueza, uso sustentável e proteção dos ativos ambientais. É fundamental a intervenção do Estado nos setores de alta tecnologia. Precisamos priorizar o programa aeroespacial, os programas ligados à biotecnologia e ao desenvolvimento da energia renovável;

e) combinar a soberania nacional com a cooperação entre os distintos povos e países que abracem nosso projeto de integração continental;

f) enfrentar a imensa desigualdade de gênero, a desigualdade racial, a homofobia e todas as formas de preconceito e discriminação;

g) priorizar a juventude, formando uma geração capaz de dar continuidade aos avanços políticos, sociais e econômicos que o país necessita.

h) incorporar a sustentabilidade sócio-ambiental como diretriz orientadora do Plano de Governo e a transversalidade como estratégia integradora das políticas públicas para efetivar o novo modelo de desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente sustentável.

O significado histórico do governo Lula

A vitória de Lula nas eleições de 2002 foi produto de um longo período de acumulação de forças, iniciado ainda sob a ditadura militar e que teve no PT seu principal instrumento.

Lula formou um governo de composição, contemplando os trabalhadores (cujas demandas estavam sintetizadas no Programa de Governo, que dialogava com o documento “Concepção e Diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil-2002”), mas também

a grande burguesia (a quem se dirigiram as concessões da chamada “Carta aos Brasileiros”). Isto está expresso na composição do ministério: a) os “econômicos” ficaram geralmente com empresários ou sob sua influência; b) os “sociais” foram encabeçados por pessoas ligadas aos trabalhadores.

Essa composição determinou o caráter, os avanços e os limites do Governo Lula, até hoje. Dada essa composição, combinada com o refluxo da luta de massa dos trabalhadores, o governo não adotou a perspectiva da ruptura ou das reformas estruturais. Constituíram-se no interior do governo e do processo político por ele comandado duas agendas paralelas e até certo ponto contraditórias. Por um lado, o governo Lula mudou a relação com a sociedade e os movimentos, mudou a política externa, paralisou o programa de privatizações, recuperou capacidade de intervenção do Estado na economia e na sociedade, implementou políticas sociais de conteúdo popular. Por outro lado, adotou políticas que deram continuidade ou ao menos se subordinavam à política neoliberal, caso da política monetária e de juros, do superávit e da autonomia de fato do Banco Central.

Nestes marcos, o avanço dos interesses democrático-populares dependia: 1) da organização, mobilização e luta das classes trabalhadoras; 2) da atuação dos partidos de esquerda; 3) do papel do Presidente. A esquerda política e social tinha a expectativa de que o Presidente Lula sempre faria a balança pender no sentido popular. Em alguns momentos e assuntos, isto ocorreu, em outros não.

Apesar de seu caráter moderado, a oposição tentou derrubar o governo Lula na crise de 2005. Açulada pela campanha midiática, a oposição conservadora pensou em golpe parlamentar, mas recuou diante da pressão dos movimentos e partidos de esquerda. Temendo a radicalização da luta de classes, apostou nas eleições, mas foi derrotada em 2006, em função principalmente do apoio popular direto ao Presidente Lula, revelando a força do “lulismo” como fenômeno social e político. Apesar do bom desempenho eleitoral o PT diminuiu sua influência institucional e viu fortalecer o poder mediador do presidente que ampliou sua base de sustentação ao centro e à direita, ao mesmo tempo em que adotou uma postura mais ofensiva frente à oposição neoliberal.

A crise de 2005, a mobilização contra esta crise e a guinada à esquerda pelo Presidente Lula no segundo turno de 2006 criaram as condições para políticas mais ousadas, no segundo mandato.

Mesmo persistindo a convivência entre as duas agendas e persistindo a influência neoliberal, aumentou o peso das políticas desenvolvimentistas: o lançamento do PAC com investimentos em infraestrutura; o plano de construção de moradias populares e projetos de saneamento básico; a geração de empregos; o aumento real de salários na maioria das categorias; o aumento real do salário-mínimo; os investimentos sociais do governo e a recomposição de órgãos públicos sucateados pelas administrações anteriores permitiram o fortalecimento de uma nova agenda, diferente da que predominou no primeiro governo Lula e mais próxima das diretrizes do XI Encontro Nacional do PT.

Foi neste contexto que, no final de 2008, a crise atingiu a economia brasileira. O governo Lula reagiu à crise com medidas em torno de quatro eixos: mais Estado, mais investimento público, mais mercado interno, mais integração continental. Apesar da presença de medidas incorretas ou insuficientes, esta resposta se diferenciou bastante das medidas tomadas pelos governos brasileiros anteriores, em momentos de crise internacional. As medidas do governo Lula tiveram êxito em atenuar os efeitos da crise, mas sua superação exige compreender que o novo contexto internacional reduziu a possibilidade de conciliar as duas agendas que se confrontam desde 2003.

A experiência do governo Lula demonstrou que a esquerda tem capacidade de disputar e exercer a administração federal, que esta

pode ser colocada a serviço dos interesses da classe trabalhadora, desde que haja um grande movimento popular organizado; que as ações positivas de um governo dependerão sempre da capacidade de organização, luta e pressão política dos trabalhadores; que é possível ter sucesso na disputa de hegemonia também por dentro do aparelho de Estado mas que o sucesso do governo dependerá sempre da disputa de hegemonia na sociedade; que esta disputa será tanto mais exitosa, quanto mais disponha de uma perspectiva econômica, social, política, cultural e ambiental de sentido socialista.

Os movimentos sociais, de cunho democrático e popular, enfrentam dificuldades para combinar autonomia, enfrentamento e apoio político ao governo Lula. Alguns desses movimentos estão semi-paralisados, desorganizados e desmobilizados, se transformando em beneficiários relativamente passivos da agenda governamental e de suas bem sucedidas políticas sociais. Outros, mais radicalizados, não encontram eco às suas proposições nem em suas próprias bases.

Mudar esta situação exige combater a preponderância da agenda institucional e eleitoral, combinando adequadamente objetivos estratégicos e demandas táticas, bem como adotando uma política de quadros que combine corretamente a presença nos movimentos, partidos e aparelho do Estado.

Dois projetos em disputa em 2010

Dois projetos se enfrentarão na disputa eleitoral de 2010: de um lado o bloco articulado pelo PT e aliados, tendo Dilma Rousseff como candidata presidencial; de outro lado, o bloco articulado pelo PSDB-DEM, tendo provavelmente José Serra, como candidato.

A candidatura Dilma representa continuidade e mudança, continuidade das políticas sociais bem sucedidas do Governo Lula e mudança na política econômica para sustentar um programa de desenvolvimento sustentável para o país. Reune três identidades fundamentais: o legado “lulista”, com forte apoio popular; a base social e política das esquerdas (especialmente do PT) junto à classe trabalhadora; e a ampla base de sustentação política do Governo Lula.

Politicamente a oposição encontra respaldo em setores dos meios de comunicação de massa, do Senado, do Poder Judiciário e do Ministério Público e importantes governos estaduais além dos partidos PSDB, DEM e PPS. Socialmente tem laços com setores empresariais, segmentos da classe média e tenta, garantindo que continuará com a política de distribuição de renda, ter o apoio de camadas populares.

A eleição de Dilma, em 2010, é condição necessária, mas não suficiente, para a consolidação da agenda democrático-popular. Para que isto ocorra, é preciso que o resultado global das eleições 2010 seja uma derrota para a oposição e que os movimentos da classe trabalhadora assumam maior protagonismo social e político, quebrando os bloqueios que a oposição de direita e os aliados de centro-direita colocam frente às mudanças de sentido democrático-popular.

A plataforma de mudanças

Para vencer em 2010, será preciso combinar a defesa da continuidade do que fizemos, com a apresentação de uma plataforma de mudanças mais profundas. Esta plataforma inclui:

a) mudar a política do Banco Central, acelerar a redução na taxa de juros, democratizar a composição do Conselho Monetário Nacional, abandonar a política de superávit primário, adotar uma política tributária progressiva e o imposto sobre grandes fortunas, taxaço do capital especulativo, controle da movimentação de capitais;

b) política de garantia e geração de emprego, redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais e regulamentação da Convenção da OIT que impõe fortes restrições às demissões;

c) acelerar a reforma agrária, expropriação de terras em que se verifica trabalho escravo; redefinir o índice de produtividade da terra, fixar o tamanho máximo das propriedades rurais e fortalecer institucionalmente o Incra;

d) política agrícola com tratamento preferencial e diferenciado para a agricultura familiar; agroindustrialização dos assentados, dos pequenos e médios produtores e ao cooperativismo, em termos de infra-estrutura, crédito, extensão e assistência técnica;

e) reforma e/ou revogação do arcabouço jurídico-institucional herdado dos governos neoliberais, entre as quais as chamadas “agências reguladoras”;

f) suspensão dos leilões, a ampliação da participação da União no capital da Petrobras, marco regulatório do pré-sal que resguarde os direitos do Estado;

g) acelerar o processo de integração, especialmente Unasul, Conselho de Defesa e Banco do Sul, os programas de infra-estrutura e o comércio em divisas locais;

h) política ambiental ampla, combinando medidas de comando e controle, educação ambiental e incentivos econômicos, preservação dos biomas e ecossistemas, do ar e das águas, combate ao aquecimento global;

i) priorizar os setores de alta tecnologia, investindo na pesquisa aeroespacial, biotecnologia e energia renovável, tendo o Estado como investidor, regulador e consumidor;

j) maior controle público sobre as empresas estatais, com mecanismos de contrato de gestão;

k) democratização da comunicação social e das instituições políticas brasileiras. Entre as medidas da reforma política: convocação, pelo presidente da República, de plebiscitos para decidir questões de grande alcance nacional. Simplificação das formalidades para proposição de iniciativas populares legislativas. Chamamento obrigatório de consultas, referendos e/ou plebiscitos em temas de impacto nacional. Orçamento Participativo. Correção das distorções do pacto federativo na representação parlamentar. Extinção do anacrônico sistema bicameral ou, pelo menos, o fim da prerrogativa que o Senado possui hoje, de legislar originariamente, bem como de seu poder revisor em relação à Câmara dos Deputados, fim da eleição conjunta dos suplentes e a redução do absurdo mandato de oito anos para os senadores. Fim da reeleição para todos os cargos majoritários a partir das próximas eleições. Fidelidade partidária, financiamento público, voto em lista, fim das coligações em eleições proporcionais. Impedir a introdução de medidas como o voto distrital e o voto facultativo, de sentido claramente conservador.

Tática eleitoral

A tática eleitoral do PT deve servir aos seguintes objetivos: eleger Dilma presidente, eleger o máximo de governadores e de parlamentares, fortalecer o PT e aliados de esquerda.

Para isto o PT precisa assumir maior protagonismo na definição de candidaturas, alianças e programas. Devemos abandonar qualquer postura defensiva e articular a legítima pressão extra-parlamentar, tanto para contrapor-se à demandas fisiológicas quanto para enfrentar a oposição no processo eleitoral.

Não podemos reduzir a política de alianças do presente ao debate da sustentabilidade parlamentar futura, nem assumir compromissos que imobilizem o futuro governo. Alianças táticas com frações da burguesia e seus representantes, sem que haja base programática, sem divisão da burguesia e sem hegemonia democrático-popular, limitam as mudanças estruturais nas relações de propriedade e na distribuição da renda.

O PT deve buscar alianças estratégicas dentro do campo democrático popular, com os partidos de esquerda e movimentos sociais que expressam os trabalhadores e as camadas médias.

O PT como partido estratégico e socialista

O PT é o principal partido de esquerda do Brasil, tem história e capacidade para liderar o povo e promover transformações econômicas e sociais na perspectiva socialista e para isto tem que disputar e construir uma hegemonia socialista na sociedade brasileira.

Ao mesmo tempo, é visível a evolução de nosso partido em direção a se tornar um partido convencional, avesso às reformas estruturais e ao socialismo.

Para manter seus compromissos históricos, o PT precisa mudar substancialmente seu funcionamento interno, especialmente no terreno da formulação, da comunicação, da formação política, das finanças e dos procedimentos de filiação. Mas para que estas mudanças tenham

sucesso, é preciso dar maior importância às lutas sociais dos trabalhadores. Será preciso, também, combinar força institucional e capacidade de mobilização de massa, com criatividade ideológica. Manter a perspectiva socialista, construir um Brasil democrático popular no contexto da integração latino-americana exige mobilizar as melhores tradições culturais, artísticas e intelectuais presentes no povo brasileiro.

A independência política do Partido e a manutenção de seu caráter de classe exigem ampliar o peso das contribuições militantes no orçamento global do Partido e acabar com a dependência frente ao financiamento empresarial. Manter o caráter nacional do Partido, valorizando a diversidade da sua presença regional e da constituição de lideranças estaduais e municipais.

A **Esquerda Socialista do PT** mobilizará todos seus esforços e militantes para fazer do PED e do IV Congresso momentos da construção e fortalecimento do PT enquanto partido socialista, para reforçar suas relações com os movimentos sindical e popular, a unidade com os partidos de Esquerda; a defesa do governo Lula e demais governos de esquerda e progressistas em nosso continente; a eleição de Dilma presidente e uma grande bancada de senadores, deputados federais, deputados estaduais e governadores.

A Esquerda Socialista apóia Iriny Lopes para presidente nacional do PT. Em 2010, uma mulher na presidência nacional do PT vai dirigir a campanha que elegerá uma mulher para presidir o Brasil. ★

IRINY LOPES

Iriny nasceu no dia 12 de fevereiro de 1956, em Lima Duarte, Minas Gerais. Casou-se com Flávio Lopes, com quem teve três filhos: Flávia, Nicolas e Carolina, que é casada e mãe de Cristal. Ainda jovem Iriny mudou para o Espírito Santo, onde se aproximou das lutas populares, pela anistia dos presos políticos e por eleições diretas.

Iriny é uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores do Espírito Santo. Fez parte, desde 1984, da direção estadual, já tendo sido presidente por três mandatos e ocupando as secretarias de Formação Política, de Movimentos Populares, entre outras. Também integra, há muitos anos, o diretório nacional, tendo composto a executiva nacional por quatro vezes.

Foi integrante da direção da ASCAM, entidade defensora do direito à moradia digna. Esteve junto com o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra desde sua primeira reunião. Tem contribuído na luta das mulheres, das crianças e adolescentes, idosos, quilombolas, índios, negros e outras minorias étnicas, dos portadores de necessidades especiais e na luta por um Brasil sem homofobia.

O combate à violência e à impunidade levou-a, com outros companheiros, a criar o Fórum Reage/ES, em defesa da vida, no combate à corrupção e ao enfrentamento das organizações criminosas que atuam no Espírito Santo. Essa luta a colocou em situação de risco de morte, motivo da proteção da Polícia Federal durante cinco anos (a partir de 1999), amparada até em determinação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Foi eleita com expressiva votação deputa-

da federal, em 2002 e reeleita em 2006. Como parlamentar, integra a Comissão de Direitos Humanos da Câmara desde o início de seu primeiro mandato. Participou ainda da Comissão de Meio Ambiente, do Conselho de Ética da Câmara e da Comissão Mista que apurou evasão de divisas (a CPMI do Banestado). Integrou também no primeiro mandato o Conselho de Ética da Câmara e relatou o processo de que culminou com a cassação do mandato do deputado André Luiz, por tentativa de extorsão a um empresário carioca.

Iriny relatou a Lei Maria da Penha na Comissão de Constituição e Justiça e foi autora do projeto já transformado em lei (conhecida como Laço Branco), que estabelece 6 de dezembro em dia nacional de luta dos homens pelo fim da violência contra a mulher. Também tendo por base projeto de lei da parlamentar de 2004, deverá ser aprovada e sancionada, até o final de 2009, a lei que institui o Programa Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos.

No dia 2 de março de 2005, Iriny foi indicada para a presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, tornando-se, assim, a primeira mulher a ocupar a presidência da comissão desde a sua criação.

Em maio assumiu a relatoria da CPI das Escutas Telefônicas Clandestinas, requerendo, no texto final da comissão, o indiciamento do banqueiro Daniel Dantas, do grupo Opportunity.

Iriny tem marcado sua trajetória parlamentar com duas linhas de ação que no seu entender são complementares: o desenvolvimento econômico e a defesa dos direitos humanos, sociais, culturais e ambientais (Dhesca).



O mosaico carioca

Flávio Loureiro*

O PT do Estado do Rio de Janeiro, com seus cerca de 100 mil filiados – cresceu em 30 mil em relação ao PED anterior, cinco candidatos a presidente e quatorze chapas é uma irrefutável revelação da fragmentação partidária, com o partido dividido entre o lançamento da candidatura própria do prefeito Lindberg Farias ao governo do estado, e o apoio a reeleição do governador Sérgio Cabral, quanto na reprodução de mandatos proporcionais.

A falta de unidade e confiança política interna, presente numa das suas maiores correntes, a Construindo um Novo Brasil (CNB), que possui três candidatos a presidente estadual do PT, o deputado federal Luiz Sérgio, o atual vice do partido, Lourival Casula, e Bismark, aliada a uma certa esperteza matemática para ocupação proporcional de espaços nas direções, e de captação de apoios para suas diversas candidaturas proporcionais, fez com que ela se dividisse em cinco chapas.

Três destas chapas – “No rumo certo”, “Fórum CNB” e “Em nome do projeto nacional” - operam a partir da tática de apoio à reeleição de Sérgio Cabral, e as demais - “Um partido para todos” e “Partido que vai mudar o Rio” - sinalizam apoio a candidatura de Lindberg Farias. Estão em chapas separadas lideranças da CNB como os deputados estaduais Gilberto Palmares (Fórum CNB) e Rodrigo Neves (Um partido para todos), Benedita da Silva (Fórum CNB), o ministro Édson Santos (Partido que vai mudar o Rio) e o deputado federal Luiz Sérgio (Em nome do projeto nacional). Separados, em alguns casos como veremos a seguir, em função de táticas eleitorais conflitantes.

Enquanto as três primeiras apóiam Luiz Sérgio à presidente estadual, as demais lançaram, respectivamente, as candidaturas de Bismark e Lourival Casula. O primeiro conta ainda com o apoio da chapa “Lindberg Governador”, liderada por Vladimir Palmeira, Washington Quaquá, prefeito de Maricá, e Antonio Neiva, que em nível nacional integram a chapa “Esquerda Socialista”. O segundo, é apoiado pelo próprio prefeito de Nova Iguaçu. Em comum às cinco chapas da CNB, apenas o apoio a candidatura de José Eduardo Dutra presidente e à chapa nacional.

A contaminação da disputa interna do PT pela conjuntura eleitoral de 2010 é elevada ao paroxismo, não só pela existência das chapas “Lindberg Governador” e “Em nome

A chapa Esquerda Socialista, lança o vereador da cidade de Mesquita, André Taffarel (foto ao lado) à Presidência Estadual do PT, formada por militantes da AE e independentes, articulada com a chapa nacional do mesmo nome, que se perfila na defesa da candidatura de Lindberg Farias ao governo do Rio.

do projeto nacional”, esta liderada por Luiz Sérgio e pelo atual presidente estadual do partido, Alberto Cantalice, um entusiasta do apoio à Cabral, mas por inspirar a composição de outras chapas, resultantes de divisão de correntes nacionais, como a Mensagem ao partido e o Movimento PT.

A Mensagem, que não logrou unidade nacional para apoiar um candidato da CNB à Presidência Nacional do PT e lançou o deputado federal José Eduardo Cardoso, no Rio experimentou essa tática, rachou e não se pode assegurar quem terá melhor desempenho no PED.

Um setor “rebelde” (Chapa Mensagem Voz Ativa-Rio), liderado pelo deputado federal Jorge Bittar – Secretário Municipal de Habitação do governo Eduardo Paes - e pela DS - que participa da secretaria de Bittar - e pelo deputado Alessandro Molon – que se recusou a fazer indicação seja para o governo estadual, seja para o municipal - fez o que a corrente em nível nacional não conseguiu: apóia o candidato da CNB, Luiz Sérgio. Além disso, se situa no campo de apóio a reeleição do governador Sérgio Cabral.

O outro setor “oficial” (Chapa Mensagem ao Partido), liderado pelas tendências Campo Democrático (deputada federal Cida Diogo e vereador Adilson Pires – Rio), Democracia Popular e pelo deputado federal Biscaia, instado pela coordenação nacional da Mensagem, lançou candidatura própria a presidente estadual do partido: o vereador Waldeck Carneiro (Niterói). Apesar de não manifestar com clareza a sua tática eleitoral, é conhecida a existência de posições diferentes sobre o tema no seu interior. Ambos apóiam a candidatura de José Eduardo Cardoso e a respectiva chapa nacional.



O Movimento PT, da mesma forma, se dividiu entre um setor liderado pelo deputado federal Carlos Santana (Opção Popular em Movimento) e por outro (Movimento Ousadia e Luta), que na corrente ingressou recentemente, identificado com o deputado federal Chico D’Angelo e com o ex-prefeito de Niterói, Godofredo Pinto. Além das evidentes disputas pela reprodução de mandatos, no interior da corrente, há divergências em relação à tática eleitoral majoritária que envolve candidaturas ao governo e ao senado. Não temos informações de como estão posicionados na disputa nacional.

Dentro deste mosaico atua a chapa Esquerda Socialista, que lança o vereador André Taffarel (Mesquita) à Presidência Estadual do PT, formada por militantes da AE e independentes, articulada com a chapa nacional do mesmo nome e com a candidatura de Iriny Lopes à Presidência Nacional do PT, que se perfila na defesa da candidatura de Lindberg Farias ao governo do Estado do Rio de Janeiro.

Além desta, há a chapa da corrente O Trabalho, que dispensa maiores esclarecimentos, e duas chapas locais: “Ética, Democracia e Socialismo”, formada por militantes do PT de Nova Iguaçu, com a qual a chapa Esquerda Socialista buscou sem sucesso um acordo para disputarem juntas o PED - mas mantém boa relação política - e que apóia a candidatura de Lindberg Farias; e “Comunidade de Base”, lançada por militantes do PT do município de São Gonçalo, sobre a qual não temos maiores informações. ★

*Flávio Loureiro é jornalista

Carta Aberta à militância do PT

A Direção Estadual da Articulação de Esquerda, tendência interna do PT, analisando a conjuntura existente na Bahia e fundada no direito político de expor para a base partidária as suas posições informa o seguinte:

Vivemos um momento crucial da política da Bahia. Aqueles que saquearam o Governo do Estado da Bahia, por mais de 50 anos, destruindo as esperanças do povo e condenando milhões ao analfabetismo, fome, miséria e violência, agora pousam de vestais da moralidade pública e da excelência administrativa, como se não fossem responsáveis pelo brutal atraso econômico, social e político em que ainda vive a Bahia.

Da mesma forma, surgiram, por assim dizer, novos adversários. Aqueles que integraram a aliança vitoriosa em 2006 e a traíram. Por terem alcançado uma presença no Governo Federal e Estadual que nunca tiveram, foram cegados por uma presunção de força que inexistia ontem e que a rearmadura da base aliada protagonizada, recentemente, pelo Governador, demonstrou que se tratava mais de brava ta boquirrota do que força política real.

Para enfrentar estes adversários, antigos ou novos, entendemos que precisamos ajudar a construir um clima de tranquilidade política dentro do partido, sobretudo porque temos acompanhado diariamente que tanto aqui como no cenário nacional, as divergências internas são super-exploradas pelos nossos adversários como forma de criar desgaste na relação do partido como governo. E de um Governo que faça ainda muito mais do que já foi realizado.

As nossas realizações que estão modificando o cenário político, social e econômico da Bahia devem ser aprofundadas, com a ampliação do diálogo e do atendimento das reivindicações dos movimentos sociais, a ampliação dos aspectos e programas de políticas públicas sociais do nosso Governo, em especial, o reforço político, organizacional, estrutural

e orçamentário aos Projetos de Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional, Inclusão Produtiva com ênfase nos beneficiários da Bolsa-Família, Políticas Públicas para a Juventude, GLBT, Mulheres, Povos Tradicionais e para a Igualdade Racial.

Da mesma forma, entendemos ser essencial reforçar e ampliar os investimentos e Programas de Infra-Estrutura e Logística, a fim de permitir uma ampliação dos investimentos públicos e privados, que possam viabilizar um grande e prolongado crescimento econômico, com caráter distributivo, que permitirá tirar a Bahia do atraso político, social e, principalmente, econômico brutal que herdamos, dos últimos 50 anos.

Com o objetivo de dar a nossa contribuição, compreendendo fundamentalmente, a necessidade do enfrentamento que se avizinha, mantendo nossa identidade política e atendendo a uma solicitação pessoal, explícita e direta do companheiro e Governador da Bahia, Jaques Wagner, decidimos não lançar chapa, tampouco candidatura a Presidente Estadual do PT.

Esta decisão implica, necessariamente, na composição de uma chapa unitária que preserve a mesma proporcionalidade da atual gestão garantindo, com isso, a participação, já existente, das opiniões políticas do Partido dos Trabalhadores nas instâncias estaduais.

Esta decisão busca contribuir na criação de um clima de unidade partidária que colabore, decisivamente, com a reeleição do companheiro Jaques Wagner, com uma grandiosa votação para a nossa candidata a Presidente, Dilma Roussef e com a eleição de uma numerosa e ampla bancada de Deputados e Deputadas, Federais e Estaduais do Partido dos Trabalhadores. Da mesma forma, neste momento extremamente conturbado da cena política nacional e, em que o Governo Estadual, conduzido pelo nosso Governador, busca recompor a base aliada

que caminhará conosco em 2010, entendemos que o nosso movimento ajuda no objetivo central de reeleger o nosso projeto de poder para o estado da Bahia e reforça nosso projeto estratégico.

Registramos que mantemos todas as divergências e críticas que já publicizamos sobre a condução da atual Presidência do Partido, em especial, a instabilidade política, a dificuldade de conduzir a construção partidária, a dificuldade de impulsionar a ação do PT nas cidades, a incapacidade de manter uma relação positiva com outros partidos da base do governo e um conjunto de ações e declarações públicas totalmente atrapalhadas e por estar quebrando, em inúmeras oportunidades, o pacto político que devia ser a regra de condução da direção partidária. Assim, esclarecemos que, como permite o Regimento do PED, não votaremos no atual Presidente que é candidato a reeleição.

Isso significa também que manteremos um permanente estado de mobilização, sobre nossa ação no partido, de modo a ajudar a condução desta gestão, tendo em vista as fragilidades políticas da Presidência e os desafios que se colocam para o próximo período.

Disputaremos o PED com a defesa de nossa Chapa Nacional, da nossa candidata a Presidenta Nacional, Iriny Lopes, Deputada Federal pelo Espírito Santo, militante dos Direitos Humanos, a única candidata mulher e feminista que por estas e outras inúmeras qualidades é, inequivocadamente, a melhor alternativa para presidir o PT Nacional.

Da mesma forma, disputaremos todos os PED's municipais com toda força, entusiasmo e garra de nossa militância, que já deu demonstrações múltiplas de capacidade de mobilização e organização.

Por fim, reforçamos o apelo à militância do PT para que utilize o PED, como um momento de profundo debate sobre o futuro do PT, da Bahia e do Brasil.

Direção estadual da AE Bahia

4º Curso Nacional de Formação Política da AE

Dando prosseguimento ao processo de construção do nosso sistema nacional de formação política, é importante que os militantes e as direções estaduais e municipais se preparem desde já para o 4º Curso Nacional de Formação Política da AE, que será realizado no período de 7 a 20 de dezembro de 2009, em São Paulo.

O local e os custos da participação serão informados na próxima edição do Página 13, que trará também mais detalhes sobre a grade dos cursos e prazos e procedimentos para inscrição.

Como nas edições anteriores do Curso Nacional, o curso é estruturado em etapas sequenciais. Nesta 4ª edição serão oferecidos 4 cursos, sendo que em cada semana teremos 2 cursos sendo realizados simultaneamente, conforme programação abaixo:

De 7/12 a 13/12: Estudo das Resoluções da Articulação de Esquerda Resoluções da AE, História da Luta pelo Socialismo (1848 a 1917, Revolução Russa, Revolução Chinesa, Revolução Cubana, Unidade Popular no Chile, Luta pelo Socialismo Hoje), Feminismo e Socialismo, História do Brasil, História do PT, Governo Lula e perspectivas.

De 10/12 a 13/12: Feminismo e Luta Socialista Teoria Feminista e os feminismos, Feminismo Socialista, Relações de Poder e Patriarcado, Relações de Gênero e relações sociais de sexo, Espaços

público e privado – o papel da família – trabalho doméstico, Mulheres nos diferentes modos de produção, Direitos e mulheres nas experiências socialistas, Políticas Públicas – limites e desafios, História do Movimento de Mulheres no Brasil e no Mundo, Programa e estratégia sob a perspectiva da luta das mulheres.

De 14/12 a 20/12: Desenvolvimento do Capitalismo na América Latina e no Brasil

Panorama da conjuntura internacional, Modo de produção e história da América Latina, Desenvolvimento capitalista no Brasil, Análise da formação social brasileira, Programa e estratégia democrático-popular e socialista nas condições da luta de classes no Brasil, Programa e estratégia democrático-popular socialista sob a perspectiva da luta das mulheres, Análise crítica do Governo Lula, Perspectivas para o próximo governo federal.

De 14/12 a 20/12: Propaganda Ideológica, Política e Eleitoral Diagnóstico da conjuntura eleitoral nacional (conjuntura nacional, balanço governo Lula, tática da campanha Dilma, programa 2011-2014), painel das conjunturas estaduais (dos estados representados no curso), painel das candidaturas da AE representadas no curso, estudo teórico das questões da comunicação e propaganda, oficina sobre campanhas eleitorais (planejamento, etapas, ferramentas).

É hora da UNE nas ruas!

Tássio de Brito*

No dia 12 de agosto tomou posse no auditório da Câmara dos Deputados, a nova diretoria da União Nacional dos Estudantes, que irá dirigir a entidade até 2011. Diante de violento ataque dos setores conservadores da sociedade, sobretudo através da grande mídia, a direção majoritária levou para dentro do congresso nacional a posse desta entidade que tem a cara das ruas. O objetivo era mostrar ao Brasil que a UNE não é vendida e agrega diversos setores da sociedade. Por este motivo a solenidade contou com a presença de muitos deputados e senadores dos mais diversos partidos.

É evidente que a UNE vem perdendo espaço e legitimidade nos últimos anos, isso é fruto de seu afastamento da base, da relação sem independência com o governo e da falta de grandes mobilizações que façam avançar a pauta educacional do Brasil. Todas as últimas políticas para o ensino superior brasileiro, PROUNI, REUNI, NOVO ENEM, foram colocadas pelo governo, sem participação da entidade nas suas elaborações, o que demonstra o papel reativo da UNE.

Mas a ninguém interessa ter uma UNE com crise de legitimidade, por isso, a hora agora é de ir as ruas, por isso o ato de posse deveria ter sido um grande movimento de massas nas ruas. A UNE precisa ter fôlego e tocar com o protagonismo que possui as principais lutas no Brasil neste próximo período, e não serão poucas.

Enfrentar os poderosos monopólios dos meios de comunicação na conferência nacional sobre o tema é primordial pra UNE. Defender a democratização dos meios de comunicação, a criação e fortalecimento das mídias públicas e popular, quebrar o monopólio e estimular a criação de rádios, TV's, jornais comunitários. Defender uma mídia a serviço da sociedade.

Fazer um amplo e incisivo debate dentro das conferências de educação sobre um modelo de educação emancipadora e menos alienante. Defender as posições históricas da entidade sobre o ensino superior. Fazer isso, na prática, significa levá-la para o debate na conferência o projeto de reforma universitária aprovado no CONEB em Salvador. Fazer isso significa também, agir para que esse projeto possa ser debatido em cada universidade, significa dar subsídio pro estudante na base para conhecê-lo e defendê-lo com convicção nos tantos embates que virão.



Foto: Arquivo

Fazer um amplo debate sobre os diversos preconceitos existentes. A nossa universidade nunca será democrática e popular enquanto for racista, machista, sexista e homofóbica. É tarefa da UNE fortalecer a luta desses importantes setores da sociedade por uma universidade livre de preconceitos.

Participar com ênfase de grandes lutas nacionais, como a redução da jornada de trabalho, contra a redução da maioria penal, pela aprovação do plano nacional de juventude. A UNE precisa enfrentar com muita mobilização aqueles que querem limitar o nosso direito histórico a meia-entrada.

Por fim, a UNE precisa ter lado em 2010. É por ser independente que a UNE pode dizer para toda a sociedade qual projeto defende pro Brasil, e não pode ter um milímetro de dúvida na entidade que esse projeto será defendido pela companheira Dilma no ano que vem. A disputa eleitoral de 2010 não diz respeito apenas a uma batalha entre a direita e a esquerda por quatro anos de mandato, diz respeito ao começo de uma hegemonia política da esquerda no nosso País. A UNE precisa estar nas ruas também pra defender esse projeto.

Esses serão os desafios colocados para a UNE no próximo período. Os desafios da UNE são também da reconquistar a UNE. E nos cabe tocar todas essas demandas com o objetivo de fortalecer a UNE, disputar os rumos da sociedade, e conquistar cada vez mais estudantes pra nossas fileiras.

A seguir, os/a companheiros/a que estarão na diretoria da UNE pela Reconquistar a UNE nesta próxima gestão.

Tássio Brito – Teve sua militância estudantil iniciada na UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz, em Ilhéus na Bahia. Foi por duas vezes diretor do Centro Acadêmico do curso de comunicação social. Foi por duas vezes coordenador do Diretório Central dos Estudantes da Universidade. É membro da direção nacional da JPT e da CNJAE. Foi 2º diretor de RI na última gestão da UNE e agora assume a 3ª vice-presidência da entidade.

Rídina Motta - Diretora do Centro Acadêmico de Direito da UFAL, durante 2002/2007. Coordenação Política da Federação Nacional dos Estudantes de Direito 2004/2006. Coordenadora de Finanças do DCE da Universidade Federal de Alagoas na Gestão 2006/2007. Secretária de Juventude do PT de Maceió – AL. Diretora do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado de Alagoas. Graduada em Direito pela Universidade Federal de Alagoas. Estudante de História do Centro de Estudos Superiores de Maceió. Membro da Coordenação Estadual de Juventude da AE Alagoas e da Direção Estadual da AE Alagoas. Agora assume a 1ª diretoria LGBT da UNE.

Pedro Silveira - “Pedrinho” - milita no movimento estudantil de Santa Maria, integrou a diretoria da CEUII da UFSM, participa nacionalmente do Movimento de Casas, integra o NARUA, Núcleo de Apoio a Reforma Agrária e Urbana (antigo NARA) da UFSM e participou de duas gestões do DCE da UFSM pela Reconquistar a UNE. Agora assume a 1ª diretoria de movimentos sociais da UNE. ★

Seguimos na disputa

*Expedito Solaney**

Para avaliarmos o 10º CONCURTO é importante o resgate do processo, tanto nos aspectos conjunturais como na movimentação das forças políticas nesse último período. Durante a primeira gestão do governo Lula, a CUT teve uma postura de atrelamento, sem capacidade crítica das políticas conservadoras do governo, num ambiente político de muita confusão, de fragmentação da esquerda política e social com a criação de outras centrais sindicais, de crise em várias categorias com desfiliações de importantes setores, principalmente no funcionalismo público. Já no segundo mandato de Lula, a CUT assumiu uma postura um pouco mais independente, de crítica à política econômica e de uma forte defesa das pautas sindicais. Isso não impediu que a fragmentação continuasse, a CSC rompeu com a CUT, fundando a CTB e outras importantes entidades se desfiliam, como foi o caso da FASUBRA e da CONTAG.

Durante a crise, a CUT mantém uma postura dúbia, ao mesmo tempo em que, positivamente, impulsiona importantes manifestações de unidade entre as Centrais e movimentos sociais contra os efeitos da crise, assina acordos de desonerações tributárias com o patronato.

Internamente, as posições moderadas foram sustentadas, ao longo dessa última gestão, não só pela Artsind como também pela CSD, que muitas vezes foi mais moderada do que a própria corrente majoritária. A novidade desse processo foi a organização sindical do Movimento PT, que se descolou da Artsind e criou o MCSS – Movimento de Construção Sindical Socialista, ao que tudo indica, ocupando um lugar ao centro.

A esquerda cutista fragilizou-se com a ruptura dos setores que hoje compõem a intersindical, não conseguindo influenciar os rumos da Central, contrapondo-se apenas nas reuniões da direção, sem maior capacidade pública de demarcação. A corrente O Trabalho passou por um racha, de que se originou a Esquerda Marxista, diminuindo seu tamanho no movimento sindical. A corrente Tendência Marxista, com a renúncia de seu membro da executiva nacional, entrou num processo interno de disputa, fragilizando sua atuação nesse processo congressual. A AE, que nos últimos congressos esteve fragilizada

por variados motivos, deu um importante salto político e organizativo, atuando de forma permanente na executiva nacional da CUT, na combativa condução da CUT Sergipe, no acompanhamento nacional aos estados e categorias em que atuamos.

É nesse contexto que as forças políticas chegaram ao processo congressual. Pelos relatos que tivemos, a maioria dos CECUT's não aprofundou o debate político, prevalecendo a disputa por cargos nas direções, principalmente entre a própria Artsind, que rachou em vários estados.

De nossa parte, tivemos um crescimento real, aprovando propostas em vários congressos, compondo direções das CUT's em 13 estados e elegendo uma bancada de mais de 120 delegados/as ao CONCURTO. Em que pese nosso crescimento não ameaçar a corrente majoritária, é significativo que cada delegado/a seja a representação de 1.500 trabalhadores/as na base.

É importante também ressaltar que estaremos à frente de importantes secretarias, além da condução majoritária na CUT Sergipe. Vejam o quadro:

Presidência: SE
 Vice-presidência: SE e PI
 Secretaria de Políticas Sociais: SC, DF, SE, AL, PE e PI
 Secretaria de Juventude: RS e SE
 Secretaria de Formação: MS (a confirmar) e SE
 Sec. Organização e Políticas Sindicais: ES
 Sec. de Relações de Trabalho: ES e PI
 Sec. de Meio Ambiente: ES (não orgânica) e SE
 Sec. de Adm e Finanças: SE e PI
 Secretaria de Comunicação: PE e SE
 Secretaria de Mulheres: SE
 Secretaria de Combate ao Racismo: SE
 Sec. Saúde do Trabalhador: AP

No CONCURTO, o que assistimos foi uma repetição dos CECUT's. O debate político de boa parte das emendas aprovadas nos estados foi substituído por textos sintéticos construídos no dia anterior à votação, criando uma enorme confusão para o acompanhamento no caderno de emendas. Algumas propostas fo-

ram aprovadas sem que os/as delegados (as) tivessem conhecimento, aprovando diante do comunicado que as forças haviam acordado. Vários/as delegados (as) da AE protestaram, propondo novo encaminhamento, o que não foi aceito pela imensa maioria dos/as delegados/as.

Além disso, no debate sobre as reformas estatutárias, através de uma manobra de votação, patrocinada pela Artsind e CSD, as propostas de democratização da CUT feitas por nós, e aprovadas em vários estados nem mesmo puderam ir ao debate e a voto no Plenário do congresso, repassadas para o debate da direção nacional que se inicia através de um processo estatuinte. Protagonizamos outras polêmicas, como na questão da reforma política, com a apresentação da proposta do fim do senado e das emendas individuais dos parlamentares (passando esta última).

De positivo, podemos apontar o Plano de Lutas que define importantes tarefas, como por exemplo, a retomada das empresas privatizadas, o combate ao monopólio da comunicação, a luta conjunta com os demais movimentos sociais pela reforma agrária e urbana, pelo combate a política econômica do governo federal e a necessidade de incidirmos na luta política em 2010.

Na VI Conferência Nacional Sindical da AE havíamos definido nossa tática de disputa para o CONCURTO, que consistia em aglutinar o campo socialista da CUT. Para nós, essa tarefa era e continua sendo fundamental, pois somaremos força para disputa de rumos da CUT, numa perspectiva classista, anti-capitalista e, portanto, socialista, face aos rumos de conciliação que o setor majoritário adota.

Procuramos as correntes políticas que poderiam cumprir esse papel. Mesmo sabendo que a CSD não apresentava diferenças programáticas com a Artsind, apresentamos nossa tática e não tivemos retorno, ficando nítido que as duas secretarias e uma vaga a mais já estavam negociadas. OT se recusava a fazer qualquer movimento conjunto com a CSD e apresentou a dificuldade de montarmos chapa diante da cláusula de barreira, preferindo negociar diretamente com a Artsind. A TM passava por uma crise interna e estava diante da ameaça de não compor a executiva, que colocou à prova a propagada unidade cutista

diante do hegemonismo da Artsind, que das 25 vagas na executiva nacional, exigiam 20, excluindo essa corrente

Com as pressões de algumas correntes e da inscrição de chapa própria da TM, a Artsind voltou atrás e apresentou a ampliação da executiva para 27 membros, incluindo mais um deles e outro para a TM, o que foi aceito.

Diante disso, e da falta de tamanho e força para suplantar a cláusula de 20% que é imposta para que uma chapa tenha assento nas vagas de direção, todas as forças foram procuradas isoladamente pela Artsind, que discutiu e acertou a composição final da chapa única para a executiva e a direção da CUT. Ficando a composição final da seguinte forma:

Presidente: Artur Henrique da Silva Santos (Artsind)

Vice Presidente: José Lopez Feijóo (Artsind)

Secretário Geral: Quintino Marques Severo (Artsind)

Tesoureiro: Vagner Freitas de Moraes (Artsind)

Secretário de Relações Internacionais: João Antônio Felício (Artsind)

Secretário de Organização e Política Sindical: Jacy Afonso de Melo (Artsind)

Secretaria Sobre Mulher Trabalhadora: Rosane da Silva (CSD)

Secretário de Formação: José Celestino Lourenço (Artsind)

Secretaria de Comunicação: Rosane Bertotti (Artsind)

Secretário de Políticas Sociais: Expedito Solaney Pereira de Magalhães (AE)

Secretária de Relações do Trabalho: Denise Motta Dau (Artsind)

Secretário da Saúde do Trabalhador: Manoel Messias Nascimento Melo (Artsind)

Secretária da Juventude: Rosana Sousa de Deus (CSD)

Secretária de Meio Ambiente: Carmen Helena Ferreira Foro (Artsind)

Secretária de Combate ao Racismo: Maria Julia Reis Nogueira (Artsind)

Diretora Executiva: Elisangela dos Santos Araújo (Artsind)

Diretor Executivo: Julio Turra Filho (OT)

Diretora Executiva: Junéia Martins Batista (Artsind)

Diretor Executivo: Valeir Ertle (Artsind)

Diretor Executivo: Aparecido Donizeti da Silva (Artsind)

Diretor Executivo: Rogério Batista Pantoja (Artsind)

Diretor Executivo: Shakspeare Martins de Jesus (TM)

Diretor Executivo: Jasseir Alves Fernandes (Artsind)

Diretor Executivo: Antonio Lisboa Amâncio do Vale (Artsind)

Diretor Executivo: Pedro Armengol (Artsind)

Diretor Executivo: Adeilson Ribeiro Telles (Artsind)

Diretor Executivo: Dary Beck Filho (CSD)

Composição por corrente: 21 da Artsind, 3 da CSD/DS, 1 da AE, 1 de OT, 1 da TM.

Na votação da chapa a Causa Operária declarou voto criticando que o 10º CONCURSO serviu mais pra fazer uma chapa de consenso do que discutir estratégia e armar a Central para o próximo período.

A AE, além da manutenção da Secretaria Nacional de Políticas Sociais na executiva nacional, estará representada na direção nacional da CUT pelo companheiro Dudu, presidente da CUT Sergipe e pelo companheiro Cláudio Sommacal, indicado pela CNTE. Tivemos ainda uma outra indicação de nossa corrente, que foi a do Carlos Eduardo (Cadu), da Esquerda Socialista, apresentado pela CUT-SC.

Se compararmos os resultados desse congresso com o último, podemos tirar algumas conclusões:

- A Artsind + CSD, que no congresso passado tiveram por volta de 68% dos votos, nesse passaram para 89% das vagas na executiva, num claro crescimento da Artsind, pois a CSD possuía, no máximo, 170 delegados;

- Esse crescimento da Artsind foi "conquistado" pela existência e ameaça da cláusula de barreira (20%), que impedia a formação de outra chapa. Se não houvesse esse impedimento, a esquerda cutista teria pelo menos mais 1 vaga;

- A CSD conquistou mais vagas do que seu tamanho, seus delegados dariam 2 vagas e não 3;

- A esquerda cutista manteve suas vagas na executiva, mas diminuiu relativamente seu peso, mesmo tendo aumento de delegação. A AE, que no congresso passado tinha por volta de 60 delegados/as, nesse, com os agregados, tinha por volta de 130. A TM, mesmo com as divergências internas, com outros agregados tinha por volta de 70. OT também possuía, no máximo, 70 delegados.

Por fim, a presença de mais de 2.400 delegados/as demonstra a vitalidade da CUT e seu necessário fortalecimento como elemento estratégico de disputa de rumos da sociedade. É nesse sentido que o setorial sindical da AE disputará os rumos da Central, defendendo uma profunda democratização da CUT, seu caráter classista e socialista. ★

*Expedito Solaney é da executiva nacional da CUT

Página 13

Cupom de Assinatura

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____

Telefone: () _____ Celular: () _____

E-Mail: _____

Profissão: _____

Data: ____/____/____ Vencimento: ____/____/____

CPF: _____

Enviar o cupom a/c de: Sirlei Augusta Chaves - Associação de Estudos Página 13
Rua Silveira Martins, 147, cj. 11, Centro - São Paulo-SP CEP 01019-000
ou para o e-mail: chaves.sirlei@gmail.com

Assinatura de Apoio: R\$ 75,00

Pagamento através de depósito na conta do
Banco do Brasil Agência: 3321-9 Conta-corrente: 34.297-1 Rubens Alves da Silva

Iriny presidenta do PT

Em 2010, elegeremos uma mulher de esquerda para presidente da República. Em 2009, elegeremos uma mulher de esquerda para a presidência do PT.

A nova direção nacional do PT, encabeçada por Iriny Lopes, terá como tarefas imediatas **enfrentar a crise, defender o governo Lula e vencer as eleições 2010**, com Dilma presidente, vitória nas eleições majoritárias nos estados e ampliação de nossas bancadas parlamentares.

Este desempenho é parte das condições institucionais necessárias para, em aliança com movimentos e partidos do campo democrático-popular, sustentar um governo que se apóie nas realizações do Governo Lula, mas vá além.

Trata-se de superar a herança neoliberal, derrotar a ditadura do capital financeiro e realizar reformas estruturais em nosso país, abrindo um novo ciclo em nossa história: um desenvolvimentismo democrático-popular, ambientalmente orientado e articulado com nossa luta pelo socialismo.

Este norte programático, articulado com uma estratégia que fortaleça o poder das maiorias populares, aponta para a superação das relações capitalistas, dando sentido concreto à reafirmação do socialismo como objetivo estratégico, adotada pelo 3º Congresso do PT.

Tais objetivos transcendem a dimensão eleitoral e a duração de um mandato presidencial. Por isto precisamos do PT, dos movimentos sociais e partidos de esquerda, da intelectualidade progressista: não queremos apenas governar ou administrar melhor, queremos mudar profundamente o Brasil e o mundo.

Trabalhemos para que as idéias socialistas, democráticas e populares tornem-se política e culturalmente hegemônicas. É isto que dará permanência para nossa luta, transcendendo as limitações das lideranças, dos mandatos e das organizações.

Vivemos um momento propício para travar esta batalha cultural, pois a crise internacional do capitalismo desmoralizou o neoliberalismo.

A supremacia do mercado e do lucro, as supostas vantagens do Estado mínimo e da especulação financeira, as privatizações e



O compromisso de vida com o socialismo petista e uma trajetória de lutadora social, fundadora do PT, dirigente partidária e deputada federal, credenciam Iriny Lopes para coordenar a nova direção nacional do PT.

a abertura comercial sem critérios, a subordinação do Brasil aos interesses dos EUA, o desprezo pelos vizinhos latino-americanos, posições cultivadas pela direita e difundidas pela mídia, são apenas um veículo para a acumulação de riqueza e poder por parte de um setor diminuto da sociedade brasileira.

Além de desmoralizar ideologicamente o neoliberalismo, a crise internacional evidenciou o custo humano e ambiental do capitalismo, sendo possível, necessário e urgente construir outro modo de produção, voltado não ao lucro, mas ao atendimento das necessidades humanas.

Cabe estimular um amplo e qualificado debate sobre a crise e sobre as alternativas. Não nos surpreendemos, pois a crise é recorrente na trajetória do capitalismo. Não a comemoramos, pois a crise traz sofrimentos para milhões de trabalhadores em todo o mundo. Mas tampouco nos acovardamos: a crise constitui uma extraordinária oportunidade, tanto para impor limites ao capitalismo, quanto para iniciar um novo ciclo de tentativas de construção do socialismo.

Para isto, o PT deve combinar força institucional e capacidade de mobilização de massa, com criatividade ideológica. Manter a perspectiva socialista e construir um Brasil democrático-popular, no contexto da integração latino-americana, exigirá mobilizar as melhores tradições culturais, artísticas e intelectuais presentes no povo brasileiro.

Defenderemos a hegemonia do PT, agora, na campanha de 2010, no lançamento de candidaturas petistas nos estados, no futuro governo Dilma e adiante.

O PT possui história, realizações, apoio popular e potencial para liderar a luta por transformações políticas, sociais e econômicas que não apenas melhorem a vida aqui e agora, mas que também construam um país socialista.

Para estar à altura desta missão, o PT precisa reafirmar o norte ideológico, recuperar o pensamento estratégico, ter capacidade de direção, renovar os laços com as bases sociais.

Isto exige mudar: a) a relação do PT com a sociedade, prioridade estratégica para os movimentos sociais e partidos de esquerda, autonomia na relação com os governos; b) o funcionamento interno, mais capacidade de formulação, comunicação, formação política, finanças, novos procedimentos de filiação e relação das direções com a militância.

Estas tarefas exigem uma direção coletiva e experiente, capaz de dialogar internamente e com os aliados, mas capaz também de muita firmeza no trato com os adversários e inimigos da democracia, da igualdade social, da soberania nacional e da integração continental.

O compromisso de vida com o socialismo petista e uma trajetória de lutadora social, fundadora do PT, dirigente partidária e deputada federal, credenciam Iriny Lopes para coordenar a nova direção nacional do PT. ★